

SOZINHOS, MAS NEM TANTO: MEMÓRIAS E LUTAS CONTRA O ISOLAMENTO NUMA COMUNIDADE PESQUEIRA NO LITORAL NORDESTE DA AMAZÔNIA PARAENSE (1960-2020)

Elida Moura Figueiredo¹

RESUMO

O texto aborda, do ponto de vista das experiências históricas, mudanças e continuidades nos modos de vida dos moradores de uma comunidade de pescadores amazônicos, o Quarenta do Mocooca, a partir do surgimento de novas formas de mobilidades com a construção de uma estrada que provocou a emergência de outras zonas de contato, práticas sociais, trocas culturais, alterando tradições na cotidianidade local. A pesquisa foi realizada na região do Quarenta do Mocooca, vilarejo do município de Maracanã, Zona do Salgado paraense, entre os anos de 2018 e 2021, cronologicamente definido entre 1960-2020. Teoricamente fundamentou-se na História Social e nos Estudos Culturais e metodologicamente seguiu orientações da crítica documental e da História Oral para dialogar com memórias coletivas e individuais em circuitos da tradição oral como constituintes dos modos de ser, pensar e agir dos habitantes dessa região. No trabalho, defende-se a tese de que mudanças percebidas no estudo do passado frente ao presente, se por um lado alteram teias de relações tecidas por décadas entre moradores e ambiente com o contato de novos agentes históricos, informações, produtos culturais, especialmente, na virada do século XX para o XXI, por outro lado, mesmo em condições desiguais, os agentes sociais do lugar reelaboram os novos aparatos tecnológicos e culturais e seguem em defesa de suas tradições vivas, lutando diariamente por aquilo que acreditam ser o caminho do desenvolvimento local. Para explicar esta tese, a pesquisa se apoia em análises da experiência e das vivências dessas pessoas, assim como no estudo dos pequenos e grandes eventos locais, alguns individuais, outros coletivos, na tentativa de entender a trajetória dessa comunidade que se apresenta numa rede de relacionamentos e decisões de uma vida móvel entre o campo e a cidade, entre o passado e o presente, entre a natureza e a urbanização, entre a pesca e um tipo de turismo, que chamamos de “alternativo” e “informal”, que vem forçando o aparecimento de algumas práticas globalizadas observadas a partir da chegada de novas necessidades e hábitos de consumo local.

PALAVRAS-CHAVE: História. Memória. Comunidades da Amazônia. Estradas. Mudanças e Continuidades.

ALONE, BUT NOT THAT MUCH: MEMORIES AND FIGHTS AGAINST ISOLATION IN A FISHING COMMUNITY ON THE NORTHEASTERN COAST OF THE PARAENSE AMAZON (1960-2020)

ABSTRACT

The text argues, from the point of view of historical experiences, changes and continuities in the ways of life of an Amazonian fishing community residents, Forty of Mocooca, from the emergence of new forms of mobility

¹ Bibliotecária da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua. Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). E-mail: elidapa@yahoo.com.br

with the construction of a road that provoked the need of other contact zones, social practices, cultural exchanges, changing traditions in local daily life. The research was carried out in the Quarenta do Mocooca region, a village in the municipality of Maracanã, in the Paraense Salgado Zone, between 2018 and 2021, chronologically defined between 1960-2020. Theoretically, it was based on Social History and Cultural Studies and methodologically, it followed guidelines from documental criticism and Oral History to dialogue with collective and individual memories in circuits of oral tradition as constituents of the ways of being, thinking and acting of the inhabitants of this region. In this paper, the thesis defended is that changes perceived in the study of the past compared to the present, on the one hand, they change webs of relationships woven for decades between residents and the environment with the contact of new historical agents, information, cultural products, especially, at the turn of the 20th to the 21st century, on the other hand, even in unequal conditions, the social agents of the place re-elaborate the new technological and cultural apparatuses and continue in defense of their living traditions, fighting daily for what they believe to be the path of local development. To explain this thesis, the research is based on analyzes of the background and experiences of these people, as well as on the study of small and large local events, some individual, others collective, in an attempt to understand the history of this community that presents itself in a network of relationships and decisions of a mobile life between the countryside and the city, between the past and the present, between nature and urbanization, between fishing and a type of tourism, which we call “alternative” and “informal”, which has been forcing the emergence of some globalized practices observed from the arrival of new needs and local consumption habits.

KEYWORDS: History. Memory. Communities of the Amazon. Roads. Changes and Continuities.

1. INTRODUÇÃO

O cenário de estradas na Amazônia, no passado e no presente, são os rios, mas sobretudo nos séculos XVIII e XIX, essa era a realidade mais encontrada para o transporte na região. A produção extrativista e o transporte de pessoas, historicamente tinham seu escoamento feitos em embarcações que percorriam os rios, as enseadas e os canais marinhos da região. E este sempre foi um dos fatores que dificultava a ocupação da região, a inexistência de outra forma de transporte que não o fluvial. Toda esta imensidão de florestas e rios na Amazônia faz com que a dimensão que se tenha sobre a locomoção, em vários lugares dessa vasta região, se dá, principalmente, por água, pelos infindáveis braços de rios que se entrelaçam entre florestas e pequenas e grandes cidades da região (FIGUEIREDO, 2022). Apenas no século XX, a ação das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia inaugurou, nos anos 1960, uma comunicação terrestre, com o Centro-Sul do País, especialmente, com a Capital Federal, a qual havia sido transferida para Brasília. O impacto gerado pela abertura dessas estradas, nesse período, foi enorme, em especial, para as populações indígenas, o que gerou conflitos variados e um acelerado processo de aculturação e dizimação de alguns desses povos (OLIVEIRA, 1988).

Foi olhando para essa condição de transição da comunidade a qual nos propomos a estudar que buscando compreender o uso político do passado pelo presente, a partir de uma construção desse

passado baseada nas emoções e vivências de pessoas, que mantêm ou mantiveram algum tipo de relações com esse lugar, diante das necessidades apresentadas no tempo presente nesta região.

Para isso, privilegiou-se as lutas cotidianas dos moradores imposta por um isolamento e difícil localização, a qual é extremamente impactada pela força das marés, numa região onde a população viveu por décadas em busca outras formas de acesso e mobilidade, que não somente pelos rios e braços de mar. Nesse cenário, os moradores encontraram saída na construção de uma estrada, que teve sua construção iniciada no final dos anos de 1950, tendo grande parte do trabalho sido feito pelos próprios nativos, estrada chamada inicialmente de Ramal do Quarenta, atualmente PA-430.

Ter acesso por terra firme, é uma luta que rememora muitas regiões da Amazônia. A área estudada nessa pesquisa, e se diferencia no sentido de ser uma comunidade litorânea, próxima ao mar, e que vive em função das marés, e mesmo assim, o acesso por terra dessa população, nos remete ao cenário de estradas posto nos séculos XVIII e XIX, especialmente na Amazônia, feito sobretudo, pelos rios. O escoamento da produção extrativista e o transporte de pessoas eram feitos em embarcações que percorriam os rios, enseadas, furos e canais marinhos da região, levando e trazendo pessoas e produtos que basteciam os pequenos comércios locais, ou simplesmente fazendo o comércio próprio, de tempos em tempos. A inexistência de outra forma de transporte que não o fluvial era um dos fatores que dificultava a ocupação da região (OLIVEIRA, 1988).

Embora atualmente grande parte da Amazônia já tenha seus mistérios e regiões desbravadas em pesquisas, expedições e também problemas mundialmente conhecidos, a imensidão de florestas, ambientes, populações e rios da região faz com que tenhamos a dimensão de que, em várias localidades a locomoção ainda se dá, principalmente, por água, pelos infindáveis braços de rios que se entrelaçam entre florestas, vilarejos e cidades da região. São rios, que nem sempre permanecem com a mesma navegabilidade, justamente pela peculiaridade do regime de águas ao qual toda essa região está submetida.

Nossas primeiras reflexões sobre as experiências dos moradores dessa comunidade surgem no início da pesquisa ainda entre reflexões sobre os resultados de estudos realizados em outro município próximo, Curuçá, também Nordeste paraense. Lá o estudo foi desenvolvido na comunidade do São João do Abade, área da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande para pesquisas de mestrado, investigando numa análise voltada para as questões do imediatismo do tempo presente, os impactos socioambientais e culturais da PA-136 nas comunidades e populações que vivem no entorno dessa estrada, localizada dentro de uma área da referida RESEX, tomando como base em informações

levantadas nesse vilarejo, o último em terra firme dessa estrada e com um importante porto produtor de pescado, que abastece o mercado local e parte da região onde está inserido, inclusive, Belém e sua região metropolitana (FIGUEIREDO, 2007).

As informações levantadas a partir de relatos de moradores nos anos de 2019 à 2021 por Figueiredo (2022), dão conta do surgimento do vilarejo e da relação dos moradores com a construção da estrada, a qual remonta justamente o cenário de abertura de estradas que interligavam o País de Norte a Sul, o qual se deu num período e contexto de ocupação do território na metade do século XX (MARIN, 2004).

É importante lembrar que essas comunidades se inserem num contexto de mudanças e continuidades no seu modo de vida, assim como nas relações tecidas por décadas entre moradores e o ambiente local. São comunidades de pescadores artesanais que vivem nessa parte do litoral brasileiro, no Pará, que ainda guardam e transmitem muito da sua tradição do passado aos novos membros, filhos e netos, embora estas sejam bombardeadas, especialmente, nesse início de século XXI, em que novos processos, produtos e informações são baseados em realidades muito diferentes das suas, mas que impactam diretamente em suas tradições no presente.

Trabalhamos com a hipótese de que essa transmissão vem se dando com especificidades construídas por pais, avós, lideranças comunitárias e religiosas a partir de instrumentos e estratégias, as quais podemos chamar de tradicionais, mas que são adaptadas para o presente, ou seja, a agência desses sujeitos vem sendo construída com as formas que eles acreditam serem suas próprias vidas sem que deixem prevalecer o poder da dominação. Hall (2018), do ponto de vista dos estudos culturais, explica que mesmo em condições desiguais e assimétricas, estes indivíduos operam conforme suas “sensibilidades de mundo”.

Ao escolher esse tema de analisar as estradas de asfalto, as de terra, os rios, as rotas marítimas, as pequenas trilhas e a relação de dependência e sobrevivência dessas comunidades com esses caminhos, em áreas distantes da Amazônia, buscamos respostas nas experiências de viver, lutar e socializar dessa comunidade de pescadores artesanais, que nos esclarecessem os esforços de construir e manter uma via de acesso por terra como opções de ir e vir, assim como de escoamento da produção local, mesmo sendo uma comunidade e produção pequenas.

Além das experiências desses trabalhadores da pesca, a partir de suas memórias, que se juntaram para abrir uma outra rota de ir e vir (a estrada por terra), buscamos fazer um exercício de discutir o movimento de construção da memória sobre o surgimento espontâneo do vilarejo do

Quarenta do Mocooca, o qual, atualmente, tem o importante papel de ligar várias comunidades, por terra e por água, através de seu pequeno porto numa mistura de relações e sentimentos, que abarcam questões sociais, ambientais, religiosas, culturais e políticas no município de Maracanã desde a década 1960 até os dias atuais.

2. PENSANDO UM TEMA... POR ÁGUA OU POR TERRA – UMA ESTRADA E AS MEMÓRIAS DO PESCADOR

Iniciamos então, descrevendo um pouco o lugar, seus narradores e algumas mudanças culturais percebidas durante nossa pesquisa narrando um pouco de suas histórias, situação que nem sempre é tarefa fácil, sobretudo, quando tais histórias envolvem outras pessoas, lugares diferentes dos que estamos habituados, outros contextos e temporalidades diferentes entre os personagens. Todo esse contexto nos intriga e nos leva a ter o máximo de cuidado com a veracidade das fontes, posto que todos os detalhes, assim como os cruzamentos de informações, são fundamentais para o bom entendimento de quem conta e de quem irá conhecer essa história, seja lendo ou sendo narrada posteriormente.

Na história que ora nos propomos a contar ou reescrever, os registros serviram como pistas, vestígios e indícios que apontaram os caminhos e conduziram a pesquisa, através dos quais percorremos as memórias dos moradores sobre um presente que, a todo momento, recorre a um passado distante, envolto em emoções nem sempre boas, embora relatadas com um tom saudosista. São esses episódios da história de regiões, comunidades, populações ou pessoas, coletiva ou individualmente, que foram estudados e expostos como fatos históricos neste trabalho numa conjunção entre o presente e o passado. São entre estes vestígios que conseguimos, muitas vezes, entendimentos sobre os modos de viver de sociedades em determinados períodos do tempo.

É importante salientar que a esse processo junta-se o fato de não ser possível ignorar “que a memória é sempre uma reelaboração, socialmente determinada” (HALL, 1992, p.160) e quando utilizamos as técnicas da história oral para analisá-la, como neste trabalho, “corre-se o risco de fazer usos inocentes dos relatos por ela produzidos, mas sem deixar de levar em conta a contextualização e as mudanças no decorrer do tempo”.

Em vista disso, para narrar a história do vilarejo do Quarenta do Mocooca e a relação dos seus moradores com a estrada PA-430, o levantamento de informações sobre a região ocorreu, intensamente, durante os anos de 2018 a 2021, especialmente nos três primeiros anos desse período,

embora andemos frequentando essa região desde 2001 e tenhamos passado por uma pandemia, que atingiu a todos, influenciando diretamente no trabalho de levantamento dos dados a partir de 2020.

Importa dizer que as principais fontes utilizadas na narrativa dessa história são orais. Foram nelas que buscamos rememorar as lembranças de pessoas que vivem no extremo Norte do município de Maracanã, Zona do Salgado paraense. Todos os eventos levantados durante a pesquisa importam, apesar de que tiveram maior atenção, na análise dos dados, aqueles que, no passado, definiram e, no presente, continuam a definir o modo de vida da população local, igualmente os que foram alvo de mudanças na trajetória dessa população em relação ao cotidiano e aos usos do ambiente local.

Como mencionado anteriormente, toda narrativa é construída a partir da História Oral, tomando como principal fonte de informação, a memória dos moradores da região, os quais, em muitos casos, por conta da idade avançada, já evidenciam dificuldades de acessar suas lembranças. Entre os de idade mais avançada, a maioria não consegue mais afirmar datas exatas, uma vez que trocam períodos e sequências de acontecimentos específicos que identificamos como importantes para o entendimento de determinados contextos e situações analisadas. Esse tem sido, na verdade, um dos problemas enfrentados na pesquisa, não obstante, buscamos resolvê-los a partir de cruzamentos dos dados de entrevistas com as informações de documentos públicos oficiais, fontes de jornais, documentos pessoais e as poucas fotografias que conseguimos. Dessa forma, tentamos chegar a uma narrativa final, de modo a ser o mais próximo possível da verdade dos fatos e dos acontecimentos na região.

Sobre tais questões, nosso diálogo incluiu o historiador Michael M. Hall, um dos autores do campo da História Oral, utilizado para embasar esta pesquisa. Esse autor discute a participação do pesquisador na produção final do documento, elaborado a partir da história de vida de uma pessoa, de uma família, de uma cidade, dialogando com as questões relacionadas à inocência de lidar com fontes orais como fatos definitivos sem a preocupação de checagem e cruzamento de informações. Essa é uma das preocupações que tivemos durante o processo de levantamento das fontes que sustentam a produção desta tese.

Durante a coleta dos dados orais, no decorrer das entrevistas, tivemos o cuidado de propor um tom de conversas informais nas perguntas, deixando nossos agentes interlocutores à vontade para expor e compartilharem suas memórias, vivências, experiências cotidianas e suas relações sociais com familiares, amigos, vizinhos e com os visitantes sempre presentes na comunidade. Buscamos entender, nos relatos orais de mulheres e homens locais, bem como de algumas pessoas que mesmo não vivendo

mais naquela área, mantêm vínculos muito próximos com o lugar da pesquisa numa tentativa de esclarecer trajetórias, eventos, contextos e situações que não conseguiríamos realizar sem ouvir e analisar as narrativas dessas pessoas individualmente, mas sim na coletividade local. Como afirma Alonso (2017, p. 33), não se trata de “dar voz” a grupos marginalizados, mas de lhes “dar ouvidos” e, em caráter democrático, de “dar ouvidos” aos diferentes lados.

Assim o desenvolvimento deste trabalho constituiu-se por intermédio de um universo de 30 entrevistas, nas quais procuramos responder a várias perguntas sobre a trajetória do vilarejo e das pessoas que se relacionam com ele, reforçado com um minucioso levantamento bibliográfico acerca do tema proposto, com o qual observamos autores imprescindíveis e citados nos diálogos no decorrer da escrita, continuamente traçando paralelos com o fazer historiográfico de modo geral.

De fato, este trabalho foi elaborado averiguando as bases e os critérios de confiabilidade da memória oral, que Thomson (1997, p.52) analisa envoltos na Psicologia Social e na Antropologia, tentando mostrar as possibilidades de tendências e fantasias dessa memória, além da importância da retrospectiva e da influência do entrevistador no processo de afloramento de lembranças. Seguimos a fazer um exercício de cruzamento de narrativas, buscando apresentar tais memórias como fonte histórica, com o propósito de mostrar como realmente se deram os fatos, tentando, ainda, levar sempre em consideração as várias camadas da memória individual e a pluralidade de versões sobre o passado, fornecidas por diferentes narradores.

Diante disso, apresentamos alguns episódios rememorados e relatados por alguns dos nossos interlocutores. Começamos com as narrativas do casal de moradores do vilarejo do Quarenta do Mocooca: Seu Alair Pinheiro da Conceição (84 anos), sua esposa Dona Felipa Teixeira da Conceição (71 anos) e de Seu Sérgio Conceição Teixeira (72 anos), morador do vilarejo de Fortalezinha, na Ilha de Maiandeuá, todos trabalhadores da pesca já aposentados, que contaram como ocorreu a ocupação da área em que hoje está o vilarejo do Quarenta do Mocooca. Em conformidade com seus relatos, essa comunidade surgiu, principalmente, através da migração de famílias que viviam na Ilha de Maiandeuá, numa comunidade do outro lado do rio Maracanã ou Furo do Quarenta, em frente ao atual vilarejo. As famílias atravessaram o Furo vindas da comunidade do Mocooca na Ilha, onde ocupavam uma faixa de praia de areias brancas e muito finas com vegetação rasteira, cercada por coqueiros e uma área de terra firme e manguezais.

Segundo Quaresma (2003, p. 166), Mocooca está localizada às margens do Furo de mesmo nome, a sudeste da Ilha de Maiandeuá. As casas que foram destruídas e parte dos moradores que

migraram para o outro lado do rio, ficavam na parte de baixo dessa comunidade, justamente na faixa de praias que cercava a comunidade. Nessa área, residiam, aproximadamente, vinte casas pequenas, construídas no estilo de palafitas, pelo menos, com um metro de altura do chão. Ali moravam as famílias, cujas casas ficavam posicionadas umas em frente às outras, entre muitos pés de coqueiros e ao longo de um caminho estreito de areias finas e brancas, por onde passavam carroças puxadas por burricos ou cavalos, transportando os pertences dos moradores, peixe salgado e os produtos do pequeno comércio local.

A posição das casas era disposta de modo que parte delas tinha os manguezais ao fundo e a outra tinha, nos quintais, uma bela faixa de praia salgada, nas quais eram colocadas as armadilhas de pesca, chamadas por eles de currais. Essa era a paisagem que se tinha e tanto encantava os visitantes ou viajantes, que passavam por essa região na década de 1950. Esse é um período aproximado, uma vez que chegamos a ele levando em consideração a memória, os relatos, a idade dos moradores e o período de surgimento do vilarejo do Quarenta do Mocooca.

Percebemos, nas narrativas coletadas, que esse episódio marcou a vida dessas pessoas, visto que foi a primeira vez que estes presenciaram a fúria da natureza naquele lugar, situação que, de acordo com eles, tem se repetido.

Durante nossas conversas com esses velhos pescadores (Seu Alair, Dona Felipa e Seu Sérgio), sem conseguir precisar datas, estes contaram que as famílias que viviam ali, foram expulsas, uma a uma, na década de 1950 até o início de 1960 do por conta das grandes marés que levavam a faixa de areias em que essas pessoas residiam. Conforme os relatos, as áreas de terra firme, adentrando a ilha, possuíam donos, desse modo, a maioria das famílias, que vivia nessa faixa de praia, foi, pouco a pouco, sendo obrigada a atravessar para o outro lado do Furo de aproximadamente 500 metros (maré cheia), a fim de ocupar uma área de terras firmes próximas ao braço de mar, iniciando-se, dessa forma, a ocupação do vilarejo, hoje denominado Quarenta do Mocooca.

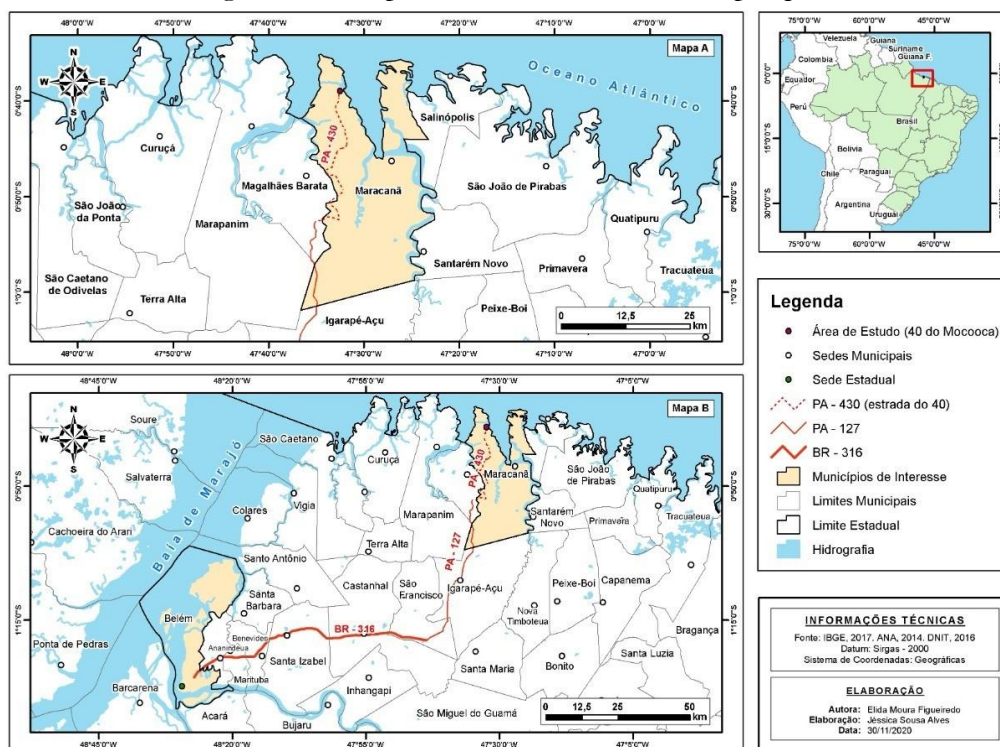
Seu Alair e Dona Felipa eram moradores do Mocooca e atravessaram-no jovens, ele com 26 anos e ela com 18, época em que tinham acabado de se juntar e tiveram de fugir do alagamento, acabando por se instalar no outro lado do Furo. Ainda conforme os relatos, ambos foram pioneiros ali. Seguidos depois por outros fugitivos dos alagamentos, que se intensificavam nessa parte da Ilha de Maiandeua.

Em conformidade com os relatos e mesmo presenciando na região, esses grandes alagamentos costumam acontecer em ciclos, nos quais a população ocupa essa área por um determinado período e,

em seguida, voltam a ser expulsas de lá pela violência das águas do mar. Esses episódios voltaram a acontecer nessa mesma região a partir de 2015, quando uma nova leva de moradores, que já havia se instalado lá, foi expulsa novamente do mesmo modo.

3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA... A ZONA DO SALGADO PARAENSE E O VILAREJO DO QUARENTA DO MOCOOCA

Figura 01 – Mapa de localização da área da pesquisa



Fonte: Adaptado do mapa retirado do site do IBGE (2017), ANA (2014), DNIT (2016)

Como mostrado no mapa da figura 01, comumente, Belém, capital do estado do Pará, é o ponto de partida para se conhecer a microrregião do Salgado por terra. Essa região é composta por onze municípios, dentre eles, Maracanã, onde se localiza a área de pesquisa deste estudo. O vilarejo do Quarenta do Mocooca fica ao Norte do município, bem próximo ao Oceano Atlântico. Área de grande beleza natural e farta de recursos naturais, onde foram criadas, desde 2000, quatro Unidades de Conservação (UC). Esta já é por si só uma das justificativas da escolha do vilarejo para o estudo: sua importância para a mobilidade de diversas comunidades numa região dependente da rodovia estadual (PA-430), denominada pelos próprios moradores como a estrada ou ramal do Quarenta.

As quatro UCs, a saber, Reserva Extrativista Marinha Maracanã – Decreto Federal s/n, de 13 de dezembro de 2002 (BRASIL, 2002); Reserva de Desenvolvimento Sustentável “Campos das Mangabas” e Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto – Decreto Estadual nº 1567, de 17 de junho de 2016 (PARÁ, 2016); e Área de Proteção Ambiental Algodão Maiandeuá – Lei Estadual nº 5.621, de 27 de novembro de 1990 (PARÁ, 1990), são atravessadas e impactadas por essa rodovia, da qual dependem mais de 40 comunidades de pescadores e pequenos agricultores.

Tais áreas legalmente protegidas, além de lugar natural de viver, trabalhar e socializar dessas populações, têm se mostrado territórios institucionalizados construídos a partir dos dramas e das lutas de povos tradicionais em várias regiões do Brasil.

Sob tal aspecto, embasamo-nos numa linha interdisciplinar que discute a história ambiental e a antropologia nessas regiões fronteiriças na busca por problematizar abordagens que revelem em vez de ocultar contextos e sujeitos históricos específicos (LOBATO, 2019) de espaços limítrofes entre terra e água, floresta e cidade, água doce e água salgada ou rural e urbano na Amazônia com a institucionalização, de certa forma planejada, com vistas à preservação desses ambientes e dessas populações, mesmo que, amiúde, essas populações envolvidas, cujas vidas estão atreladas a esse ambiente para fins básicos, como o sustento diário, por exemplo, não tenham participado das decisões de torná-las áreas “protegidas”. Nos seus estudos, Lobato (2019) enfatiza que:

Dentro do mesmo do espaço amazônico tem ocorrido, nas últimas décadas, a institucionalização de territórios (terras indígenas e quilombolas, reservas extrativistas, unidades de conservação ambiental) visando à preservação da natureza e dos chamados povos tradicionais. Trata-se do desdobramento de uma longa história de lutas que foram conformando fronteiras intrarregionais ainda hoje contestadas, ameaçadas e corajosamente defendidas (WANDERLEY, 2018). Amazônia indígena, quilombola, ribeirinha e urbana, entre outras, compõem um mosaico que nega noções generalizantes como inferno verde, espaço vazio, região-problema. Noções que mais ocultam do que elucidam (LOBATO, 2019, p. 14).

O conceito de fronteira que apresentamos aqui se revelou a partir de uma escolha deliberada e racional, estabelecendo situações limites numa área em que as pessoas circulam, relacionam-se, encontram-se e se confrontam. Gente que vem de locais diferentes, com informações e formas diferentes de lidar e ver o mundo e, numa escala menor e não menos importantes, de sociedades e culturas diferentes. O sentido de fronteira que buscamos mostrar não é demarcado pelo sentido do embate ou do conflito, ou ainda, de uma linha mapeada cartograficamente para separar áreas distintas. É exatamente o contrário, o sentido da interseção, da mistura, do entrelaçamento de diferentes espaços e agentes sociais, do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças.

Arruda (2004, p.35-36) aborda o tema das fronteiras a partir do termo Sertões e relacionado ao extremo Oeste paulista no período provincial, como “lugares ou espaços geograficamente desconhecidos, por onde estrangeiros facilmente se perdem”, exatamente como as fronteiras e sertões amazônicos. Nesse sentido, segundo este autor, vivemos em fronteiras de tradição cultural, herdeiros de uma memória fruto de vivências e percepção históricas concebidas através das narrativas, da literatura, da História, da geografia, da ciência e dos homens que viveram e vivem nessas regiões.

Essa é claramente a realidade da população do Quarenta do Mocooca e de outras comunidades próximas da região. Lugar distante da capital do estado, Belém, com acesso difícil e demorado por conta das estradas ruins, integrando áreas consideradas importantes para a manutenção da biodiversidade do estado e por esse motivo transformadas em UC, em dado momento, sentiram-se protegidas por essa decisão, todavia, com o passar do tempo e com todos os problemas que surgiram no decorrer dessa transformação de área de livre acesso para área controlada ambientalmente, alguns dos moradores foram se sentindo excluídos e desamparados em um lugar onde viveram, muitas vezes, desde a infância, onde constituíram família, trabalham numa relação direta com os recursos naturais locais e de onde tiram o sustento de sua família, além de considerarem o seu lugar de identificação territorial (FIGUEIREDO, 2022).

Nesse contexto importa salientar, que tanto as UCs como as estradas, são importantes instrumentos ambientais de conservação e acesso para essas comunidades, e possuem profundas relações entre si e com os processos históricos vividos por populações locais. Os dois são instrumentos que se constituem por marcadores de mudanças, que, amiúde, acabam por forçar uma adaptação recorrente entre moradores locais, fatos que, no discurso do historiador Marc Bloch, são eminentemente “históricos”, pois são “obras que remodelam uma sociedade, segundo suas necessidades” (BLOCH, 2001, p. 53).

Essa área do município de Maracanã faz parte da Costa Atlântica paraense e possui belas praias oceânicas com regime de marés, como as de Salinas, Marudá, Ajuruteua e Romana nos municípios de Marapanim, Bragança e Curuçá, respectivamente. Toda essa região é cercada por extensos manguezais e uma rica variedade de vegetais e animais, bem como uma rede hidrográfica formada por rios, baías, igarapés, furos e estuários, que banham e entrecortam os municípios, os pequenos povoados e cidades localizadas em suas margens, tornando muitas delas polos turísticos e da pesca artesanal (QUARESMA, 2003).

Ao cenário da pesquisa, foram incluídos alguns aspectos da vida na região do Nordeste paraense, buscando entender, em primeiro lugar, a dinâmica e o cotidiano de viver entre a floresta e o rio/mar. Embora, nessa análise, seja preciso incluir um terceiro fator que surge quase que naturalmente por força da necessidade de locomoção e integração, bem como pela expansão das cidades amazônicas, especialmente, a partir da década de 1950, as estradas (FIGUEIREDO, 2022). Esse terceiro fator é exposto por Tavares (2008, p. 69) ao afirmar que essas “vias de circulação terrestre são um elemento importante para o entendimento do processo de criação de municípios no século XX”. A autora afirma que “foi a construção dessas vias de comunicação terrestres que iniciaram o processo de alteração espacial da disposição dos municípios, até então dependentes das vias fluviais”, na década de 1950, a partir da Constituição Federal de 1946 com o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia (art. 199), cuja finalidade seria o desenvolvimento dos municípios” (TAVARES, 2008, p. 71).

A cidade de Maracanã se insere nesse contexto. Localizada a 165km de Belém por via rodoviária, é a sede do município de mesmo nome no Nordeste do estado do Pará. Sua origem remonta ao século XVIII com a fundação de 62 freguesias na Capitania do Grão-Pará e Maranhão, parte delas criadas a partir de missões e aldeias administrativas. Nesse caso específico, em 1653, era identificada como aldeia de Maracanã missionada pelos jesuítas, ano em que, segundo Furtado (1987, p. 48), a missão catequizadora, responsável por erguer a Igreja na Aldeia de São Miguel de Maracanã, foi chefiada pelos religiosos Manuel de Souza e Mateus Delgado. Somente em 1757, passou a ser chamada de Vila Nova Cintra por Mendonça Furtado em consequência da instauração da política pombalina na região. Em 1885, foi elevada à categoria de cidade, voltando apenas a denominar-se Maracanã novamente em 1897. Sobre a origem de Maracanã, Braga (1943, p. 289-290 apud FURTADO, 1987, p. 59) apresentou o seguinte relato:

A aldeia de São Miguel de Maracanã, no Salgado ou na Costa-Mar, é uma das que os Jesuítas visitaram em 1653 e nela erigiram uma igreja de palma. Em 1956 o P. João de Souto-Maior levou o seu principal Copauá (Lopo de Souza) à jornada do Pacajá, com outros índios de Maracanã. Levou-o o Padre um pouco contra a sua vontade, mas como os Pacajás eram parentes de Copauá, a sua ida seria útil. Estes índios Pacajás dão-se com o núcleo primitivo da Aldeia de Maracanã, aldeados a princípio no rio Marapanim [...] a Aldeia de Maracanã já tinha mudado duas vezes de sítio até ficar onde se acha em tempo presente, 1689.

Como afirma a autora, esse relato apresenta pontos embrionários da formação social de Maracanã, ou seja, o Grupo indígena Pacajá, possivelmente, deva ser um dos fios que tecem a rede de mestiçagem da população do município, incluindo-se a população da região da comunidade do Quarenta do Mocooca. As questões referentes à origem da formação étnico-racial da população dessa

região serão apresentadas no segundo capítulo da tese, cujo objetivo é discutir, com base nas pesquisas, as relações de mestiçagem na formação da identidade local.

Maracanã, termo de origem indígena, lembra o nome de um pássaro: marcanã propynhura maracana, Vieill = pequeno papagaio de voz berrante. Vem daí o nome maracá, que quer dizer chocalho, ao passo que nã significa nana, com o primeiro “n” falso. Provavelmente, essas questões se confirmem também na forte influência sonora do ritmo musical muito tocado e ouvido na região, o Carimbó. Os maracás, ou maracas, como são chamadas pelos maracanaenses, assim como, pela maioria da população do estado, são instrumentos de origem indígena, utilizados para tocar o Carimbó. Tais instrumentos costumam ser produzidos artesanalmente pelos nativos dessa região, onde é possível encontrá-los fartamente numa variedade de tipos, tamanhos, cores e sonoridades. Maracas e Carimbós são também utilizados como adornos nas casas dos moradores da região, que, nas comemorações particulares ou coletivas, são colocados na roda de carimbo para animar as festas. Em toda a extensão territorial do município, ouve-se e toca-se o Carimbó.

São 781km² de extensão municipal, com 97 localidades divididas em 5 áreas, já os distritos estão distribuídos nas seguintes comunidades: Maracanã (Sede) e nos vilarejos Algoadoal, Boa Esperança, Bom Jardim, Km 19 (Vila de São Benedito), Km 26 da PA-127, Santa Maria do Caripi, São Roberto e Tatuteua (PARÁ, 2006). Com exceção de Algoadoal, localizado na Ilha de Maiandeuá, as outras comunidades se interligam tanto por rio, como por terra.

No entorno da estrada que vai até a área objeto desta pesquisa, são 36 pequenos vilarejos que se interligam, de alguma maneira, a ela (PA-430), como demonstrado no traçado da Figura 10. O desenho foi elaborado a partir de pesquisa realizada em 2019 pelos integrantes de um movimento, que se autodenomina “Filhos da Terra”. Um grupo de 14 pessoas que se juntou e fez seu primeiro encontro em 2015. Tais pessoas têm, em comum, a origem naquela região, embora sejam de comunidades diferentes, os interesses para a região são comuns. Em dezembro de 2019, a partir desse movimento, foi criado um instituto com o mesmo nome e com sede na comunidade de 4 Bocas, comunidade vizinha ao Quarenta do Mocooca.

Um dos integrantes do movimento Filhos da Terra é o professor Erivelton Balga (36 anos), nascido no vilarejo vizinho de 4 Bocas, faz parte do referido Instituto, o qual, segundo ele, foi criado sem fins lucrativos, visando às questões sociais da região com a missão de reivindicar melhorias para as comunidades que vivem no entorno da referida estrada. O número de comunidades próximas dessa estrada revela a importância demográfica e econômica dessa região, que busca há mais de 50 anos

manter essa via de acesso por terra, uma vez que atende várias comunidades que dependem quase exclusivamente dela.

Acessibilidade, mobilidade e modos de vida em regiões de pesca na Amazônia são temas de grande interesse da academia, que se entrelaçam constantemente nos trabalhos realizados sobre o ambiente e as diversas formas de ocupação na região.

Por ocasião da revitalização e asfaltamento da rodovia PA-458, que liga Bragança a vila de Ajuruteira também no Nordeste paraense, por exemplo, em reportagem divulgada pela Agência Pará, Flexa (2018), apresenta informações que apontam os anseios dos moradores locais. No relato do pescador Antônio Soares dos Santos, 57 anos, que mora às margens da PA-458, antes de receber o asfalto, “A estrada estava muito ruim, ninguém passava nem a pé, o movimento estava muito fraco, estou esperando que as obras aumentem o número de pessoas para melhorar as vendas”. Seu Antônio seguiu dizendo que já chegou a comercializar cerca de 50 quilos de peixe em períodos de muito movimento na estrada, e que arrumando a estrada, a “esperança é que as coisas melhorem”.

E dessa forma, percebe-se que o surgimento dos pequenos vilarejos ou cidades na Amazônia, se deram e seguem se dando, em contexto de ocupação, expansão, emancipação e luta para sair do isolamento. Segundo Oliveira (2006),

Quase sempre, são pequenos núcleos que se emancipam com fraca ou nenhuma infraestrutura, tendo como base econômica o repasse de recursos públicos e, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades econômicas caracterizadas como urbanas, o que faz com que a população urbana se dedique a atividades rurais tradicionais, como pesca e extrativismo (OLIVEIRA, 2006, p.27).

E por conta desses cenários que vem se repetindo milenarmente, os conflitos são inevitáveis e muito frequentes, e por motivos variados.

A mudança na paisagem com o surgimento de estradas é um dos cenários que vem proporcionando variadas forma de acesso, e com eles conflitos e soluções diferenciadas das quais essas regiões estão habituadas. Oliveira (2006) explica, que ao relacionamos paisagem natural e espaço da cultura local na Amazônia,

[...] as espacialidades urbanas, especialmente das cidades localizadas às margens dos rios, foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas; de outro, que guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência. Na verdade, essas espacialidades revelam as diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concretas, defender seus interesses, o que leva a compreender a paisagem como o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções

traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades real ou imaginária, quer as cidades estejam na beira do rio, na várzea, quer na terra firme (OLIVEIRA, 2006, p.28).

Nesse contexto, as soluções necessariamente devem passar pelo entendimento e respeito aos modos de viver dessas populações. Para isso, estudos nos direcionam a conhecer de forma aprofundada a história cultural dessa região diversa em ambiente, clima, biodiversidade e população.

4. GENTE E AMBIENTE EM MOVIMENTO... AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DEFININDO A VIDA NA REGIÃO

Estudos sobre os modos de viver em comunidades pesqueiras são comuns entre os estudiosos da cultura e da sociedade. Quando estes percorrem o campo da história não se pode deixar de levar em conta a noção de cultura popular, embora já bastante analisada em pesquisas acadêmicas sob algumas concepções apresentadas por Peter Burke (2010). Este, ao citar Edward Tylor, em “O que é história cultural?”, recentemente editado no Brasil, aponta uma definição interessante do termo, como “[...] todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

Essa definição possibilita um amplo entendimento dos contatos que tivemos com as várias manifestações sociais, fossem elas religiosas, artísticas e culturais no cotidiano da região que escolhemos estudar. As culturas tradicionais, as quais nos referimos, pelo menos a maioria delas, trazem consigo visões distintas de mundo e carregam em si elementos de saberes e práticas sociais ancestrais baseadas na reciprocidade, no respeito ao conhecimento de mestres, no sentido de coletividade, na valorização do prazer e da celebração, na visão holística de mundo mesmo que, em muitas situações, intuitiva e naturalmente, assim como na relação e no conhecimento profundo da natureza e de seus diversos usos locais (FUSCALDO, 2014/2015).

Entre os vários temas que podemos citar, a arte e os festejos religiosos são, ao meu ver, dois dos aspectos mais interessantes na análise desses grupos sociais ribeirinhos. Eles permeiam vários setores da vida nessas comunidades, de maneira que tentaremos aqui mostrar alguns deles, pois são caminhos que podem conceder pistas para o entendimento de um modo de vida voltado para alguns temas, especialmente, a partir de elementos da natureza e do catolicismo oficial local, que aparecem, quase sempre, entrelaçados com conhecimentos tradicionais inseridos pelas populações ribeirinhas, reunindo uma grande riqueza de informações históricas, locais e regionais.

Essas informações são fundamentais, tanto que buscamos trazê-las neste trabalho, visto que exercem um papel importante na economia das comunidades. São eventos organizados em muitos dias de trabalho, que ao final costumam ter resultados compensadores, social e economicamente para a comunidade que os desenvolve. O antropólogo Sergio Braga, da Universidade Federal do Amazonas, estuda as festas religiosas na Amazônia, comparando-as entre si. Os resultados do seu trabalho apresentam pontos demasiado importantes nesse processo, revelando diferenças e semelhanças que vão desde a organização, passando pelos impactos sociais, culturais e econômico, este último, extremamente positivo nos municípios onde acontecem.

Segundo esse autor, tais festas são manifestações com características muito parecidas em sua maioria, pois têm sua base organizativa a partir do canto, da dança, da música, do artesanato, da gastronomia, mas todas envoltas na crença e na fé em Santos católicos, trazendo, nas suas origens, fortes influências nas tradições africana e ibérica (BRAGA, 2007).

Sobre essa ótica, Sarraf-Pacheco (2009) afirma que essas festas têm sua origem sabidamente europeia, sendo trazidas por colonizadores portugueses, que, ao agregar cores e objetos locais, foram se tornando parte dos modos de viver, festejar e lutar nessas comunidades. Trata-se de um terreno farto para o estudo de historiadores culturais justamente por seu um campo de “preocupação com o simbólico e suas interpretações do passado” (BURKE, 2021). São eventos populares e religiosos que revelam muito a partir das crenças, expectativas, estratégias de vivência, sobrevivência, sociabilidades, divertimentos no meio rural e urbano do homem amazônico.

Embora desde o início deste trabalho busquemos descrever a região e as relações tecidas com o foco na estrada, a partir daqui aprofundaremos um pouco mais numa tentativa de revelar o modo peculiar de viver numa comunidade em que todas as tramas envolventes estão ligadas ao mar, mas com a estrada, na maioria das vezes em péssimo estado, foi que se sentiu livre para fazer sua mobilidade no ir e vir por terra na região. A começar daqui, descreveremos as relações familiares e destes com sua devoção, suas crenças e sua religiosidade enquanto grupo social rural culturalmente diferenciado no passado, contudo, bastante inserido num mundo urbano no presente.

Nesse contexto, torna-se imprescindível lembrar sempre que essas comunidades, hoje totalmente ligadas e já muito dependentes as estradas de rodagem, as quais passaram a existir desde a década de 1950 na Amazônia, têm suas maneiras de sobrevivência permeadas pelas mudanças e continuidades proporcionadas pelo acesso facilitado a regiões que, até então, viviam em certo isolamento e, por esse motivo, mantinham, sendo que muitas ainda mantêm, seus modos de organizar

o cotidiano bastante diferenciado. Um exemplo que identificamos está relacionado aos eventos de casamentos e batizados católicos na comunidade. No Quarenta do Mocooca, são realizados uma vez por ano quando há um padre disponível para ser enviado à comunidade, o que, geralmente, acontece durante os festejos de Santa Luzia em dezembro.

A mudança, nessa relação com as estradas, dá-se com a facilidade para se chegar em estradas melhores e a facilidade de acesso com a abertura caminhos para outras de menor porte construídas quase sempre com o empenho e muito trabalho de moradores da região, sempre visando melhorar a mobilidade por terra. Dessa forma, os que anseiam casar ou batizar os filhos passam a fazê-lo nas cidades maiores próximas (Igarapé-Açu, Magalhães Barata ou Maracanã Sede).

Esse é apenas um dos exemplos que se deu no vilarejo estudado por conta da estrada por terra com mais trafegabilidade, que impactou também em todos os outros vilarejos do entorno. Com o surgimento da estrada, há um rompimento no isolamento geográfico local, onde no passado os moradores tinham sua mobilidade quase que exclusivamente feita pelos rios e em pequenas embarcações, ou feita em dias de caminhadas pela mata, seguindo trilhas que interligavam pequenos vilarejos. Essa facilidade de sair e chegar à região, de certa maneira, aumentou nas décadas seguintes, provocando, também, mudanças nas relações com “os de fora”, que chegavam com mais frequência e com as novidades da capital.

Como acontece em outras regiões da Amazônia, na área estudada, a abertura da estrada impulsionou um ciclo de desenvolvimento que fez com que as demandas pela pesca artesanal e pelo turismo aumentassem na área e, neste caso específico, muito por conta da proximidade com a ilha de Maiandeuá, reduto de um “turismo alternativo”, sobretudo, a partir da última do século XX. A produção local de pescado passou a interagir com novos mercados e compradores, diminuindo, mesmo que, timidamente, a relação com os atravessadores, sujeitos historicamente muito presentes na região.

O aumento de turistas, na região é evidente, sobretudo, em finais de semana, feriados e férias escolares. Isso pode ser confirmado com o número de quintais já transformados em estacionamentos no vilarejo. Outra situação percebida e relatada de mudanças na região, do ponto de vista do turismo, é o crescimento do número de pequenos hotéis e pousadas que triplicaram na comunidade próxima à Fortalezinha, destino final de muitos turistas que seguem para a região por terra e são obrigados a parar no Quarenta do Mocooca, onde deixam seus automóveis (FIGUEIREDO, 2022).

Esse ciclo de desenvolvimento econômico local, segundo nossos interlocutores, do ponto de vista sociocultural, não teria prejudicado a tradição da pesca artesanal num primeiro momento, pelo contrário, teria estimulado seu desenvolvimento, atrelando ao conhecimento local e às atividades dos mestres de pesca novos ingredientes/ produtos que aumentam a produção e a renda das famílias locais. Um exemplo é Roberto Siqueira, que atualmente tem se dedicado ao trabalho na construção de casas na região. O pescador nos disse que recentemente “adquiriu um barco que está reformando no seu tempo livre”, para segundo ele, “colocar na travessia e aumentar o ganho da casa”. Essa atividade diversifica seu trabalho e proporciona um aumento na renda familiar. De acordo com seu Roberto, que já “tem um curral para conseguir pelo menos o da ‘boia’, quando não tem outro trabalho. Mas ultimamente nem tem tido tempo para ir lá no curral, um dos filhos que vai”. Nos últimos anos, ele não tem ficado sem trabalho pois, “[...] estão construindo muito na região. Principalmente lá na Ilha, em Fortalezinha e Mocooca. Por isso, faz tempo que não fico sem trabalho”. Seu comentário faz referência ao crescimento dos empreendimentos hoteleiros com o asfaltamento da estrada, reforçando o “turismo de massa” na ilha de Maiandeuá, próxima ao vilarejo do Quarenta do Mocooca, onde ele reside com sua família.

A mudança no cotidiano de trabalho de seu Roberto reflete mudanças de toda ordem: de mestre da pesca para mestre de obras. Assim, ele vem mantendo sua família, talvez sem perceber, ou talvez não querendo reconhecer a relação dessa mudança com o surgimento da estrada. Contudo, elas são facilmente perceptíveis na hora do almoço com menos peixe à mesa do morador nativo. Se ele não tem um curral, não tem peixe na sua mesa, uma vez que a produção é vendida rapidamente para as pousadas, restaurantes e turistas que circulam pela comunidade. Outra mudança relatada é a facilidade em ir e vir em apenas um dia à cidade grande, como relatado pelo pescador Zé Macaco, de quem ouvimos: “quando eu era criança era uma dificuldade de ir aqui em Igarapé-Açu ou Maracanã, em Belém, então? Depois da estrada isso foi melhorando. Agora mudou muito. A gente vai de manhã e de tarde já tá de volta!”.

Esse relato demonstra o desejo de a região ter uma estrada por terra para “facilitar a vida no vilarejo”. Atualmente, o sonho acalentado pela comunidade toda é o asfalto chegando à estrada.

No que tange à mudança de cunho socioambiental, ela vem sendo notada recentemente com o aumento de casas para moradia temporária, sobretudo, de turistas.

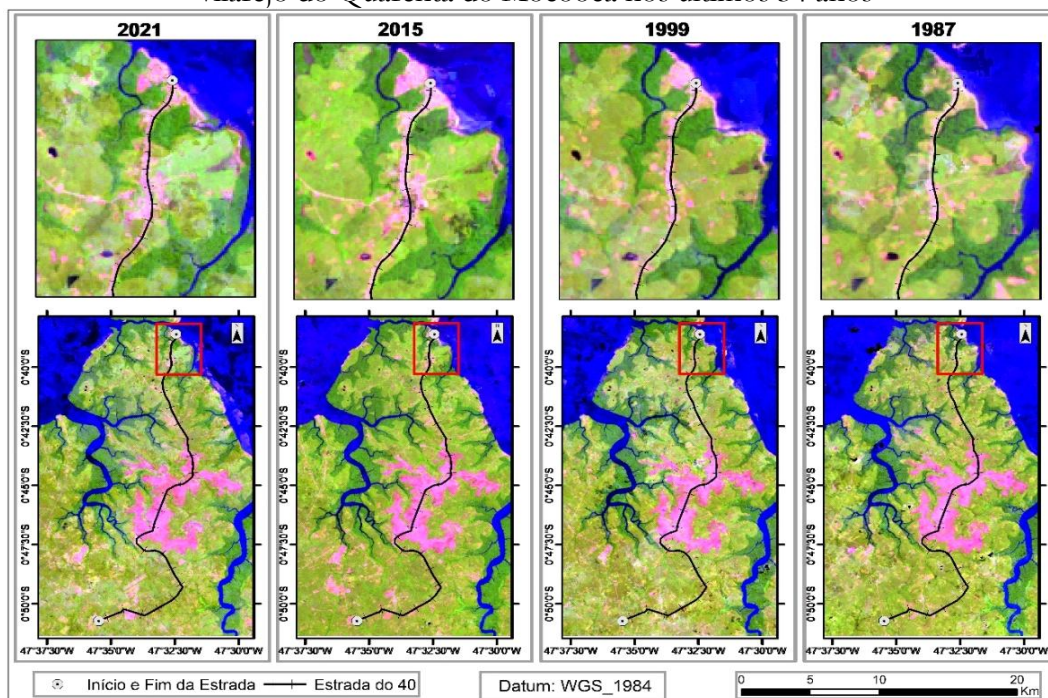
Por conta disso, percebe-se uma alteração gradativa na cobertura vegetal da área, especialmente nos últimos quarenta anos com áreas de florestas menor e número de casas bem maior. Na Figura 38

a seguir, percebe-se tal mudança numa comparação de imagens de 1987 até os dias atuais, tanto na região do vilarejo estudado, quanto em todo o trajeto da estrada. O período registrado foi o mais antigo conseguimos dessas imagens para exercitar um comparativo dessa mudança relacionada à cobertura vegetal do solo na região da pesquisa.

Na figura 02 abaixo, é possível visualizar que as mudanças mais significativas estão no início e no final da estrada (vilarejo do Quarenta do Mocooca) ao longo dos anos. Na parte central, as mudanças vão se alternando conforme a passagem dos anos. Essa área central rosa na imagem indica uma localização da estrada conhecida como campo das mangabas.

Trata-se da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas, criada pelo Decreto nº 1567/2016, publicado Diário Oficial do Estado em 20 de junho de 2016 (PARÁ, 2016). São 7.062 hectares (sete mil e sessenta e dois hectares e dois centiares) com árvores de grande e médio portes cercadas por extensa área de capoeira, em que se localizam várias comunidades (Aricuru, Martins Pinheiro, Nova Brasília, Vista Alegre, São Miguel de Itaquê, São Sebastião do Itaquê, Traquateua, Espírito Santo, Beira Mar, São Tomé, Passagem, Campo Alegre) que vivem do extrativismo e agricultura familiar (FERREIRA, 2013).

Figura 02 – Análise visual comparativa da mudança na cobertura vegetal da estrada PA-430 e do vilarejo do Quarenta do Mocooca nos últimos 34 anos



Fonte: Elaboração Iací Dandara S. Brasil, Engenheira Florestal, Doutoranda em Engenharia Florestal da UFPR (2021).

Com o surgimento da estrada, outra situação, relatada com certa frequência pelos nossos entrevistados, é uma mudança percebida por eles no formato da festa religiosa local. Ao longo dos anos, embora as missas continuassem a acontecer todos os dias durante os festejos e a procissão se mantivessem no mesmo formato e no mesmo dia do ano (12 de dezembro), a cada novo ano os festejos do lado profano recebiam mais visitantes, a quantidade de barracas para vender alimentos durante as noites de festa na praçinha da Igreja aumentava e a decoração da praçinha se tornava cada dia mais alegre e iluminada, trazendo mudanças perceptíveis na forma de os moradores festejarem sua crença católica no vilarejo. A exemplo do que foi dito por Seu Alair e Dona Felipa, moradores antigos do vilarejo, que comentaram, em tom de crítica, que “o povo vai mesmo é para a festa, pra dançar, jogar e comer, não pra rezar”.

O relato do casal sobre os festejos à Santa Luzia no vilarejo do Quarenta vai ao encontro do que foi escrito no livro de Crônicas da Igreja Católica de Maracanã (1940-1985) pelo padre alemão Godofredo Marx (figura 03), que assumiu, num domingo do mês de março de 1970, a prelazia de Maracanã vindo do Rio de Janeiro. Foi ele quem ficou responsável pelas comunidades do interior do município por dois anos, entre elas o vilarejo da nossa pesquisa. Nas suas crônicas, Pe. Godofredo comenta sobre a sua “frustração, desânimo, falta de esperança e desgosto”, ao relatar o que presenciava em suas visitas pastorais.

Em anotações feitas no ano de 1972, o sacerdote da Sociedade de Cristo para os Emigrantes e vigário de Maracanã, Pe. Godofredo Marx explicou os motivos do seu desânimo:

[...] uma multidão imensa que assiste o culto nem tinha ânimo de abrir sua boca para glorificar a Deus. Isso desanima totalmente e somente com minha força concentrei-me para terminar a missa com devoção. Um povo que gosta somente das festas e danças, pouco se preocupa com o trabalho, progresso e a igreja. A única deles foram festas do santo com arraial, música profana, procissão, fitas, velas, foguetes, mas poucos queriam renovar a sua vida religiosa fazendo uma boa confissão e recebendo a santa comunhão. A maioria viveu sem Deus, morreu sem Deus, e foi sepultado sem Deus. Raramente aconteceu que chamaram o padre para confessar alguém na cama da morte (LIVRO DE CRÔNICAS. 1912, f.92).

O sacerdote prossegue seu relato sempre citando suas decepções no trabalho de evangelizar na região dizendo: “[...] Encontrei em quase todos os locais esta miséria material e espiritual, analfabetos, tuberculosos, pessoas cheias de vermes e até leprosos”.

Figuras 03 e 04 - Pe. Godofredo Marx entre os Anjos da coroação de Nossa Senhora em 1970



Fonte: Livro de Crônicas da Igreja Católica de Maracanã (1940-1985) – 1912. Arquivo da Paróquia de São Miguel Arcanjo em Maracanã-PA. Pesquisa de campo (2021).

Pe. Godofredo Marx era o sacerdote responsável nesse período por percorrer e evangelizar a população do interior do município de Maracanã e redondezas. Segundo informações que constam nos livros e reportagens guardadas no acervo da Igreja local, percebe-se que o padre tinha certa influência entre políticos e a comunidade católica de Maracanã (figuras 03 e 04), por esse motivo, fazia questão de relatar todas as ações da Igreja durante o período que esteve à frente do trabalho na região. Nos seus relatos de 1971, disse ser “comum encontrar vilarejos sem escolas, sem estradas, sem assistência médica e sem energia”.

Sobre a alimentação, em seus relatos, foi descrita como “fraca”, visto que, por onde ele passou, encontrava apenas “farinha, peixe, caranguejo e tapioca”. Esses alimentos, extremamente comuns na Amazônia litorânea, ao “religioso alemão recém-chegado para o trabalho de evangelização na Amazônia”, causava ainda muito estranhamento, afinal, “havia passado apenas pelo Rio de Janeiro antes de ser designado para o trabalho voluntário na Amazônia”

Nos relatos do vigário, tudo era percebido como novidade e com certo espanto. Ao se referir ao município e à falta de conforto com a ausência de alguns objetos onde estava morando, mencionou a chegada do “progresso” de forma muito lenta região, mesmo assim descreveu com certo entusiasmo. “Encontrei no comércio as primeiras geladeiras a querosene, rádios a pilha, relógios e a juventude

seguindo a última moda”, mas “raramente podia-se encontrar uma lancha a motor”, indicando que a população se locomovia principalmente pelos rios e em embarcações a vela ou a remo.

Seguimos os relatos do padre Godofredo que trazia informações sobre a situação do município e dos vilarejos que ele visitara nesse ano (1971): “[...] a televisão ainda não entrou e nem uma máquina de agricultura. Não encontrei quase nenhuma casa de tijolo, raramente casas cobertas com telhas, capelas de barro, todas no mesmo tipo, cheias de santos feios e morcegos por perto para cair”.

Mais adiante, ainda sobre o mesmo ano, o padre começou a descrever algumas melhorias recém-conquistadas, segundo ele, na comunicação e mobilidade para as pessoas na região:

Existia só um telefone na cidade que nas certas horas ligava Maracanã com Belém. Tinha vários ônibus que ligava diariamente Maracanã com a capital, e alguns comerciantes, médicos e funcionários tinham o carro próprio, e alguns anos atrás, aberta a estrada nova entre Maracanã e Igarapé-Açu, ultimamente asfaltada o que facilita a viagem para Belém de duas até três horas. Nesta época já funcionava o primeiro cinema, e o posto de saúde onde encontrei bons corações, muito boa vontade e a gente pareceu como um rebanho sem pastor, guia ou instruções (LIVRO DE CRÔNICAS, 1912, p. 88).

Esse relato evidencia várias dificuldades da vida nesse período naquela região, mas apresenta também algumas mudanças implementadas pela modernidade, embora fossem apenas na sede do município, embora já tivesse certa influência na maioria dos vilarejos de Maracanã, o Quarenta do Mocooca entre eles. A descrição feita pelo padre, com relação às questões que afetavam o município nesse período, vão ao encontro do foi relatado por nossos interlocutores durante a pesquisa de campo. Fazendo um comparativo entre os relatos do Pe. Godofredo e as informações levantadas a partir dos relatos dos agentes históricos desta pesquisa, os cenários que se apresentam são muito parecidos e levam-nos a crer que a vida dessas pessoas teve, pelo menos, dois momentos muito bem demarcados, especialmente, com relação à mobilidade, às mudanças e às continuidades nos modos de vida na região.

Num primeiro momento, é possível perceber toda uma movimentação ou circulação de pessoas sendo feita pelos rios em barcos a vela e remo, especialmente antes do surgimento e melhoria das estradas. Um período complicado para a mobilidade e transporte seguro dos moradores sendo descrito intercalando sentimentos de nostalgia e muitas dificuldades vividas no cotidiano desses tempos de isolamento e muito trabalho.

Talvez a nostalgia presente esteja ligada à solidariedade entre vizinhos, de fartura de peixe, das muitas festas sem tanta violência e com mais liberdade, chegando ao ponto de decepcionar os padres que chegavam à região para evangelizar os moradores locais.

Em meio às reclamações do padre, surgem alguns elogios e satisfações relatadas já em um segundo momento, em que é possível perceber que são inseridas, no cenário descrito, algumas mudanças intensificadas com o surgimento e a melhoria das estradas, mesmo que elas começassem a interferir no modo de vida, na natureza e nas formas dessa população se relacionar com suas tradições e suas crenças, além de impactar na economia local.

Diante disso, buscamos identificar e descrever a partir do que foi presenciado em campo, relatado na documentação consultada e a partir da memória de nossos interlocutores nas entrevistas feitas na região, algumas das manifestações culturais, a trajetória de mudanças e continuidades na área estudada. Buscamos nos embasar na pesquisa de Sarraf-Pacheco (2017, p.11), ao reunir fontes que “permitissem captar a indissociabilidade da cidade e da floresta, quase sempre mediada pelas águas, tradições, expressões e aparatados da modernidade ocidental recriadas no local”.

5. SE CONSIDERMOS UM FIM... A PA-430: A FLORESTA DANDO LUGAR AO ASFALTO

Figura 05 – Moradores e visitantes da região do Quarenta na Carreata do “Dia D” na PA-430



Fonte: Acervo de Sandro Barbosa, 2019.

O dia 20 de abril de 2019, um sábado sem sol e muita chuva, era mais um típico dia de inverno amazônico daquele ano, no qual presenciamos uma movimentação atípica na região do Quarenta do Mocooca. Chegavam debaixo de uma forte chuva, aproximadamente 300 pessoas, seguidas por uns 20

automóveis, várias motocicletas e muita vontade de mudar uma história de abandono e exclusão de várias pequenas comunidades dessa região do município de Maracanã.

As sombrinhas coloridas contrastavam cores que mais se destacam no local: o verde da floresta de um lado, de outro, o vermelho do barro e da lama sempre muito presentes na estrada e com os quais essas pessoas estão acostumadas a conviver. São gerações de famílias que vivem, trabalham, estudam e transportam suas pequenas produções sempre com essa realidade de muita dificuldade no acesso. A procissão presente nesse dia no evento era puxada por um carro de som com o volume máximo. O microfone, nas mãos de Waltinho, sempre acostumado a ele em suas pregações como presbítero, chamava os moradores para se juntarem ao grupo de pessoas que já seguia pela estrada, todos encharcados pelas águas da chuva que teimava em cair. Em seu discurso daquela manhã, Waltinho começou dizendo que um dia, olhando a erosão em frente à comunidade do Quarenta, questionando-se sobre tal destruição no seu vilarejo, sentiu que as ondas batiam nas falésias e mais pareciam respostas ditas a ele numa conversa, traduzida por ele para todos os presentes, assim: “a erosão me disse: eu estou assim porque me feriram, tiraram a minha proteção. Eu só estou reagindo! E se vocês também não reagirem, não tomarem providências, eu vou isolar vocês”. Para Waltinho, a manifestação seria, desse modo, a reação mais forte e decisiva. E fosse com chuva ou com sol, todas as comunidades da área tinham obrigação de participar, uma vez que essa reação seria o começo e a parte essencial da solução para os problemas de acesso por terra à região.

Assim, a manifestação, que recebeu o nome de “Dia D da PA-430”, foi organizada de maneira que fizesse muito barulho, chamando atenção principalmente do poder público local, mas também dos filhos daquela região que já não residem por lá. Sendo feito desse modo e na era das redes sociais, as postagens foram maciçamente feitas e multiplicaram-se entre os moradores de toda a região, fazendo as notícias chegarem até a sede do município, entre os vereadores e secretários que rapidamente informaram a então prefeita Profa. Raimunda Costa.

A partir desse dia, as postagens convocavam as outras comunidades, propondo um movimento de “vilas interligadas” para buscarem melhorias para a região. Eles entendiam e diziam abertamente que o asfaltamento da referida estrada teria impacto positivo na vida de todas as comunidades daquele lado de Maracanã. As convocações continuavam e chamavam com palavras de ordem que diziam: “vamos nos juntar, fazer barulho e chamar atenção de todos, seja do poder público, seja dos moradores locais, seja de visitantes ou turistas que frequentam a região”.

O objetivo maior, consoante com Erivelton Balga, um dos presentes nesse dia na manifestação, era chamar atenção para os problemas ambientais que estão ocasionando grandes problemas sociais para os moradores, embora tudo tenha se acabado de modo a resumir, no discurso, a necessidade de asfaltamento da PA-430, como o desejo da maioria contraditoriamente.

O dia 20 de abril de 2019 ficou marcado na memória e na história dessas pessoas, que orgulhosos do que estavam realizando, caminharam num trecho de um quilômetro da PA-430 cercado por floresta, desde a comunidade de Quatro Bocas até o Quarenta do Mocooca, fazendo discursos políticos, mas dito, ao microfone por Waltinho, não partidários. Para os organizadores, essa carreta foi uma primeira ação numa tentativa desesperada de chamar atenção para a situação de calamidade em que essa região vinha passando.

A partir do “Dia D”, outros encontros foram promovidos e alguns avanços foram contabilizados e relatados via redes sociais dos grupos. Um desses avanços foi uma reunião com deputados e senadores do estado um mês depois, os quais mostraram interesses em auxiliá-los nessa causa. Depois do dia da manifestação na região, o grupo pleiteou uma audiência com o governador do estado Helder Barbalho, organizando um grande evento na região para discutir temas que entrelacem a vida cotidiana, os problemas locais e os discursos produzidos pela academia e pela política local e do estado sobre a região. Para eles, a busca de diálogo e relações de intercâmbio com as autoridades constituídas seria fundamental nesse processo. Essa relação é muito bem analisada por Sarraf-Pacheco (2006), ao estudar a cidade de Melgaço na obra “As margens dos Marajós”. Para o autor, “urge ampliar espaços e construir condições que aprofundem nossas perspectivas críticas frente a conhecimentos produzidos e poderes instituídos [...]”, buscando “aprender e desmanchar práticas culturais e discursos políticos, que, se juridicamente nos declaram iguais e inseridos em uma cultura e memória nacional, historicamente nos diferenciaram e investiram de prerrogativas” (SARRAF-PACHECO, 2006, p. 19).

No final de 2021, finalmente, o desejo das populações daquela região foi realizado, o asfalto começou a chegar na PA-430. Os trabalhos de terraplanagem começaram a partir do vilarejo do Quarenta do Mocooca na sua principal rua e seguem pela estrada com previsão de ser concluído no final de 2022.

A parte mais simples do trabalho foram feitas aproveitando a mão de obra local. Segundo informações divulgadas pelo atual prefeito de Maracanã, Reginaldo Carrera, divulgadas no site da prefeitura de Maracanã.

Essa foi uma das condições impostas na licitação pelo governo do estado para contratação da empresa para o trabalho: o aproveitamento da mão de obra local. Ao final do processo licitatório, já no segundo semestre de 2021, a empresa vencedora da licitação foi a B. A. Meio Ambiente Ltda. A obra total constitui-se na construção e na pavimentação da extensão de 32,20 Km de PA-430, trecho que vai do entroncamento PA-430, no vilarejo do Quarenta do Mocooca, até a o vilarejo da Concinha, no município de Magalhães Barata-PA.

As informações divulgadas pela assessoria da prefeitura dão conta de que, desde o início dos trabalhos, foram contratadas 120 pessoas das “vilas interligadas” pela empresa no local. Isso facilitaria a realização do trabalho, pois essas pessoas moram próximas da área, por esse motivo, circulavam diariamente com maior facilidade para trabalhar conduzindo veículos que transportam e condicionam insumos para o trabalho de raspagem, nivelamento e limpeza da via e a preparação para a pista receber o asfalto.

Durante o ano de 2021, quando transcorreu todo o “processo licitatório”, a população esperava ansiosamente o início dos trabalhos, o que aconteceu em dezembro daquele mesmo ano, ou seja, no final de 2021, apesar da pandemia do Covid-19, que afetou a todos, marcou o início da realização do maior sonho dessa região: ver finalmente a estrada do Quarenta, ou PA-430, toda asfaltada e trafegável. Como disse Erivelton, sem parar para analisar que estradas são infraestruturas que nunca chegam a uma região sem impactar negativamente, sobretudo, em áreas de unidades de conservação com florestas marinhas, que são mais vulneráveis. Áreas que, quando estão saudáveis, proporcionam alternativas de renda para a população local. Este seria o grande benefício para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população da região. Ainda assim o que Erivelton e todos os seus companheiros de movimento concordam é que “Essa será nossa grande conquista. Nossos pais construíram, nós conseguimos trazer o asfalto para o ramal do Quarenta!”.

Diante de tudo o que presenciamos e questionamos durante a pesquisa, é notável que os problemas dessa e de outras pequenas comunidades, seja na Amazônia ou em outras regiões do País, são seus moradores os que mais sofrem com a ausência de políticas voltadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas e do ambiente que as circunda e provém o alimento. Sob tal aspecto, urge uma mudança de comportamento, uma mudança na ética de organizar a vida diante da acumulação de recursos, cada vez mais demandados com o crescimento das populações, sob pena de sacrificar, em primeiro lugar, essas regiões mais vulneráveis em termos de recursos financeiros, que as protejam e

auxiliem a se reerguer diante de perdas físicas e sociais de seus territórios em possíveis cenários de catástrofes ambientais.

A abertura de estradas de terra e o comportamento humano, diante do aumento do consumo de recursos no planeta, ligam-se, de forma incontestável, a esse pretensão desenvolvimento e progresso convencionais, sobretudo, em vilarejos distantes em países em desenvolvimento, como o Brasil. Nesse processo, entendemos que, mais do que direitos legalmente constituídos, a urgência se revela na necessidade de uma educação dos povos que se volte para a conservação da natureza e consequente preservação da vida presente e futura, para que consigamos definitivamente entender que sem o ambiente saudável não há vida.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Leandro Seawright. A História Oral como disciplina, a memória coletiva e a “costura artesanal” – religião, política. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, vol. 9, n. 17, p. 29-43, mai/ago. 2017. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/318>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

ALVES, Raynon J. M. ; GUTJAHR, Ana L. N. ; SILVA, J. A. Espírito Santo. Caracterização socioeconômica e produtiva da pesca artesanal no município de Marapanim, Pará, Brasil. **Rev. Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Brasil, (julho, 2015). Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/pesca-artesanal.html>. Acesso em: 02 jan. 2021.

ARRUDA, Gilmar. Marcha para o Oeste, caminhos da memória. Dossiê: escritas da história e memória, 2. **História Revista**, vol.9, n.1, jan./jun. 2004. Pp.35-55. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/download/10458/6932>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ASSUNÇÃO, P. de. **História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX**: viagens, espaço e cultura. Barueri: Manole, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Sergio I. G. (org.). **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades**. Manaus: EDUA, 2007.

BRAGA, Theodoro. **Apostillas da história do Pará**. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

BRASIL. DNIT. **Breve Histórico do Rodoviarismo Federal no Brasil**. Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/historico/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL. Decreto s/n. de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Maracanã, no Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n.242, p.8-9, Brasília, DF, 16 dez. 2002.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9776.htm>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

BRITO, B. R. O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. In: **IV Congresso Português de Sociologia. Atas...** 2017. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dea1a49422_1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

BURKE, P. **O que é história cultural?** 3.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: 1500-1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica UniOeste**, vol. 9, n.10, 2014. pp.1-25.

FERREIRA, Benjamin Carlos et al. **Estudo técnico para criação de unidades de conservação na categoria RDS “campo das Mangabas” no Município de Maracanã/PA.** Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2013.

FIGUEIREDO, E. M. **O Ramal do 40: histórias e memórias de comunidades na Reserva Extrativista Maracanã, Nordeste do Pará (1960-2020).** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) /Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2022.

FIGUEIREDO, A. M. **A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia 1870-1950.** Belém: EDUFPA, 2009.

FIGUEIREDO, E. M. **Uma estrada na reserva: impactos socioambientais da PA-163 em Mãe Grande, Curuçá (PA).** 2007. 132f. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi/Embrapa, Belém, 2007.

FLEXA, Márcio. Estrada que liga Bragança a Ajuruteua é pavimentada. **Rede Pará/Notícias (Caderno Infraestrutura).** 07/04/2018. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/165161/estrada-que-liga-braganca-a-ajuruteua-e-pavimentada>. Acesso em: 25 fev. 2022.

FURTADO, L. G. **Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa em Itá, Amazonas.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

HALL, Michael M. A História Oral: os riscos da inocência. In: São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

HUERTAS, B. M. O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil. **Revista CPC**, [S. l.], n. 18, p. 81-105, 2014. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i18p81-105. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/74966>. Acesso em: 26 fev. 2023.

KERN, A. A. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. **História e Diversidade**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 10-19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/1617>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LIVRO DE CRÔNICAS da Igreja Católica de Maracanã-PA (1940-1985), de 1912.

LOBATO, Sidney. Amazônia e as fronteiras da história. **Revista Brasileira de História: Dossiê: Fronteiras Amazônicas**. São Paulo, vol 39, n. 82, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v39n82/1806-9347-rbh-39-82-13.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2021.

MARIN, R. E. A. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia nos Século XIX e XX. **Papers do NAEA**, Nº 170, Belém, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11553/7967>. Acesso em: 08 mar. 2020.

MAUÉS, R. H. Comunidade no “sentido social da evangelização”: CEBs, camponês e quilombolas na Amazônia Oriental. **Religião e Sociedade**, vol. 20, N. 2: pp.13-37, Rio de Janeiro, 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rs/a/WkzGH38JgTZ9Dr5ywnYfbL/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez.2021.

MAUÉS, R. H. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico. Dossiê Amazônia Brasileira I, **Estudos Avançados**, vol. 19, n. 53, 2005, pp. 259-274. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WNMqZ8vbRk3khRh5nRsTtQz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez.2021.

MAUÉS, R. H. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico - um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia**. Belém: Cejup, 1995.

MENDES, F. L. S., et al. O Parque Nacional de Jericoacoara na percepção dos discentes do curso de Turismo da UFPA. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, 10(1), 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2017.v10.6565>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MÉXICO. Secretaría de Turismo Subsecretaría de Operación Turística. **Turismo alternativo: una nueva forma de hacer turismo**, vol. 1. México, DF: SECTUR, 2004. Disponível em: <https://www.entornoturistico.com/wp-content/uploads/2017/05/Turismo-Alternativo-una-nueva-forma-de-hacer-turismo.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MIGNOLO. Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

OLIVEIRA, Adélia E. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Sec. XVII ao XX). **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi**, vol. 4, n.1, Belém, 1988. pp. 65-116. Disponível em: [https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/717/1/B%20MPEG%20Ant%20\(1\)1988%20OLIVEIRA.pdf](https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/717/1/B%20MPEG%20Ant%20(1)1988%20OLIVEIRA.pdf).

Acesso em: 20 dez. 2020.

OLIVEIRA, José A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Amazônia/Artigos. Cienc. Cult.** vol. 58, n. 3, São Paulo, jul./set. 2006. pp. 27-29. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300013.

Acesso em: 10 1go. 2020.

PARÁ. Decreto Estadual N^o 167.1567, de 17 de junho de 2016. **Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, ambas no Município de Maracanã e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=325052>. Acesso em: 09 mai. 2019.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Inventário de oferta turística do município de Maracanã-PA.** Belém: SETUR, 2006.

PARÁ. Lei N^o 5.621 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1990. **Dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental de Algodual-Maiandeuá no Município de Maracanã.** Publicação no DOE N^o 26.861 DE 06/12/1990. Disponível em: <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/repositorio/1990/lo5621.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

QUARESMA, Helena D. A. B. **O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodual/Maiandeuá.** Belém: NAEA/UFGPA, 2003.

SARRAF-PACHECO, A. S. No tempo das festas: sociabilidades e conflitos em cidades e florestas Marajoaras. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 58. 2017. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2017v58p9-44>

SARRAF-PACHECO, Agenor. **El corazón de la Amazonia: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras.** *Tese* (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2009.

SARRAF-PACHECO, Agenor. **À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da cidade-floresta – Melgaço-PA.** Belém: Paka-Tatu, 2006.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, Vol.15, abr./1997. Disponível em: [Vista do RECOMPONDO A MEMÓRIA: QUESTÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA ORAL E AS MEMÓRIAS \(pucsp.br\)](http://www.pucsp.br/vista-do-recompondo-a-memoria-questoes-sobre-a-relacao-entre-historia-oral-e-as-memorias). Acesso em 10 ago.2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TAVARES, Maria G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Rev. ACTA Geográfica**, vol. 2, n. 3, jan./jun. 2008, pp.59-83. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/204/364> . Acesso em: 10 out.2019.

Data de submissão: 28/02/2023

Data de aprovação: 25/04/2023